DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

RIGHT TO DEVELOPMENT: AN APPROACH FROM AMARTYA SEN PERSPECTIVE

Camila Seffrin da Silva¹

RESUMO

O tema delimitado neste artigo é o direito ao desenvolvimento, tendo como objetivo compreendê-lo a partir do conceito proposto por Amartya Sen, notadamente dentro da proposição de desenvolvimento como liberdade. Por meio de um estudo dedutivo com base em revisão bibliográfica, a pesquisa denota que o direito ao desenvolvimento não pode ser visto apenas sob o viés econômico, estando relacionado, muito mais, com as liberdades substantivas concedidas aos indivíduos, o que se harmoniza com a noção de direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direito ao Desenvolvimento. Liberdades Substantivas.

ABSTRACT

The subject outlined in this article is the right to development, having as objective understand it from the concept of the Amartya Sen, mainly within the proposal of development as freedom. Through a deductive study based on a literature review, the study denote that the right to development can't be seen only in economic terms, being related, much more, to the substantive freedoms granted to individuals, that it is harmonized with the notion of human rights.

Keywords: Human Rights. Right to Development. Substantives Freedoms.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Mestrado e Doutorado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo. Pós-graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP. Graduada em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMa. Advogada. Email: camilaseffrin@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O homem não é uma coisa; é um ser envolvido num processo contínuo de desenvolvimento. Em cada ponto de sua vida, ele ainda não é o que pode ser e o que ainda pode vir a ser.²

A sociedade atual, caracterizada pelo risco e pela complexidade, é marcada por uma gama de problemas sociais. A fome, a pobreza, a miséria, a marginalização, os crescentes índices de desigualdades de riqueza e poder dentro e entre os países, a desigualdade de gênero, os desastres naturais ocasionados pelo mau uso dos recursos, as ameaças globais de saúde, os extremismos religiosos e a crise humanitária com a consequente negação de uma vida digna a bilhões de pessoas, são exemplos de impasses que colocam em risco a efetivação do direito ao desenvolvimento. As ideias de crescimento econômico e de desenvolvimento, estão, há tempos, no pensamento da humanidade, na sua busca pela melhoria das condições de vida. No entanto, diante das constatações do momento em que se vive, na chamada era pós-moderna, o ideal de desenvolvimento para muitos indivíduos assemelha-se à utopia, uma vez que o atendimento das necessidades humanas mais basilares, por vezes não é cumprido. Com efeito, o direito ao desenvolvimento está intimamente relacionado com os demais direitos humanos, sendo um processo que modifica a própria estrutura social.

É nesse contexto e por meio de um estudo dedutivo baseado em revisão bibliográfica, que a presente pesquisa se embasa no seguinte questionamento: a visão de desenvolvimento proposta por Amartya Sen se harmoniza com o atual entendimento acerca dos direitos humanos, em especial do direito ao desenvolvimento? Para embasar o construto teórico e responder à pergunta, o objetivo do presente trabalho concentra-se em realizar uma breve pesquisa acerca do direito ao desenvolvimento, buscando-se compreendê-lo a partir do conceito proposto por Amartya Sen, notadamente, dentro da proposição de Desenvolvimento como Liberdade. O texto irá iniciar abordando alguns aspectos relacionados aos direitos humanos, tais como conceito, abordagem histórica do processo de consolidação e principais marcos normativos, para, então, adentrar na análise de um direito humano em particular, o direito ao desenvolvimento, e por fim, apontar a contribuição de Amartya Sen no que diz

² FROMM, Erich. Disponível em: <<http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/antropos/QuemoeoHomem.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. 2020.

respeito ao processo de construção de um outro sentido, que não aquele usualmente empregue, ao direito ao desenvolvimento.

Compreender o pensamento de Sen nesse horizonte justifica-se pela perspectiva por ele dada ao desenvolvimento, fornecendo aportes teóricos para o enriquecimento do atual debate e efetivação deste tão relevante direito, de modo a constituir uma sociedade mais livre, justa e desenvolvida.

1 DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS

Em certa ocasião, Norberto Bobbio foi questionado se, em tantas causas de infelicidade no mundo, ainda vislumbrava algum sinal positivo, sua resposta foi afirmativa, em razão da “importância atribuída, nos debates internacionais, entre homens de cultura e políticos, em seminários de estudo e em conferências governamentais, ao problema do reconhecimento dos direitos humanos”.(BOBBIO, 2004, p. 66).

A presente pesquisa defende a ideia por meio da qual a visão integrada de desenvolvimento, pressupõe a inserção da questão do ponto de vista dos direitos humanos em qualquer discussão que envolva este conceito. Portanto, em um primeiro momento, faz-se necessária uma análise atinente a estes direitos, tendo em vista que o reconhecimento e a cristalização do direito ao desenvolvimento ocorreram à luz da unidade e concepção dos direitos humanos.

Os direitos humanos³refletem um construto axiológico, a partir de um espaço de luta e ação social (PIOVESAN, 2018, p. 215). A expressão “direitos humanos” relaciona-se com os documentos de direito internacional tendo em vista que referem-se às posições jurídicas que reconhecem o ser humano como tal, independentemente de vínculos com a ordem constitucional, revelando um caráter supranacional e universal, em outras palavras, são direitos de todos os povos e em todos os lugares (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2019, p. 309). Por serem direitos indispensáveis a uma vida digna e justa, estabelecem um nível protetivo mínimo que todos os Estados devem observar e respeitar.

³Para Mazzuoli (2017), a expressão “direitos humanos” está intrinsecamente ligada ao direito internacional público, ou seja, normas de índole internacional, expressas em declarações ou tratados celebrados entre os Estados com o propósito de proteger os direitos das pessoas sujeiras à sua jurisdição. Importante ressaltar a diferença entre direitos de ordem interna estatal e direitos de ordem internacional. Quando é a primeira que protege os direitos de um cidadão, está-se perante um direito fundamental; ao passo que quando é a segunda que protege direitos, está-se diante da proteção de um direito humano.

Ao longo da história, a noção de direitos ligados à pessoa humana manifesta-se em regiões e épocas distintas. A atual concepção de direitos humanos pressupõe, necessariamente, a historicidade destes, na medida em que os direitos humanos não são um dado, mas um construído, por meio de um processo histórico de lutas e conquistas (ARENDDT, 1998). De fato, a teorização a respeito dos direitos da pessoa humana, especialmente no que concerne com sua fundamentação, conteúdo e perspectiva histórica envolve inúmeras informações, o que se torna incompatível com a via estreita desta pesquisa. À vista disso, optou-se por contextualizar o que se considera os principais eventos históricos relativos aos direitos humanos.

A antiguidade foi o berço de ideias essenciais para o reconhecimento dos direitos humanos. Os ideais de dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade entre os homens deitam suas raízes na filosofia clássica, principalmente na doutrina greco-romana e na tradição judaico-cristã (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2019, p. 312). Da mesma forma, é possível encontrar referências aos direitos humanos no cristianismo e no pensamento estoico greco-romano dos quais advieram as teses de unidade e igualdade dos indivíduos em dignidade. No antigo testamento (Gênesis, 1, 26-27), herda-se a ideia de que o ser humano representa o ponto principal da criação divina: “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança” (LAFER, 2005, p. 34). Os profetas já falavam em nome de minorias que sofriam, que resistiam a uma forma autoritária da sociedade, a poderes que violavam.

Na Inglaterra da Idade Média, aproximadamente pelo século XIII, se encontra um dos principais documentos relacionados ao estudo da evolução dos direitos humanos. Trata-se da *Magna Charta Libertatum*, firmada em 1215 pelo Rei João Sem-Terra e pelos bispos e barões ingleses. Referido documento serviu como ponto de referência para alguns direitos e liberdades civis clássicos, tais como o *habeas corpus*, o devido processo legal e a garantia da propriedade⁴ (SARLET, 2019, p. 314). No entendimento de Fábio Konder Comparato (2015, p. 32), foi a concepção medieval de pessoa que propiciou a elaboração do princípio da igualdade essencial de todo ser humano e, essa igualdade de essência, é responsável pelo núcleo do conceito universal de direitos humanos, isto é, direitos comuns a toda espécie, decorrentes de sua própria natureza.

⁴ Entretanto, de acordo com Sarlet (2019, p.314) o fim último do documento era garantir aos nobres ingleses alguns privilégios feudais, excluindo a população em geral do acesso às garantias consagradas no documento.

Aproximando-se do modelo que viria a ser inaugurado com as primeiras constituições do século XVIII, cita-se como importantes documentos relacionados à temática dos direitos humanos as Declarações de Direitos da Inglaterra (séc. XVII), chamada de *Petition of Rights* (1628), firmada por Carlos I, e o *Habeas Corpus Act* (1679), subscrito por Carlos II, bem como a *Bill of Rights* (1689), promulgada pelo Parlamento, e que entrou em vigor já no reinado de Guilherme d'Orange, como resultado da assim denominada “Revolução Gloriosa” (1688) (PÉREZ LUÑO, 1995, p. 34 apud SARLET, 2019, p. 316).

Segundo Comparato (2015, p. 111), a Declaração de Direitos de Virgínia de 1776, que precedeu a Declaração de Independência dos EUA, constituiu o registro do nascimento dos direitos humanos na história, tendo em vista que implicou no reconhecimento solene de que todos os homens são iguais, pela sua própria natureza. Da mesma forma, a Revolução Francesa – sob a tríade *liberdade, igualdade e fraternidade* - desencadeou a supressão das desigualdades entre os indivíduos e grupos sociais, como a humanidade jamais experimentara até então (COMPARATO, 2015, p. 148). Estas revoluções liberais (séc. XVIII) decorreram do surgimento do modelo liberal de Estado, resultado da reivindicação de direitos e da tentativa de limitar o poder político da época.

Com a Primeira Guerra Mundial, surge a primeira configuração das preocupações internacionais de proteção aos indivíduos, delineando os contornos da internacionalização dos direitos humanos⁵, que se consolidaria no pós Segunda Guerra Mundial. A Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, tinha como objetivo promover a cooperação, paz e segurança internacional, condenando agressões contra os territórios, independência política dos seus membros e a execução do Tratado de Versalhes. Da mesma forma, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos (PIOVESAN, 2018, p. 204).

Em 1945, constituiu-se a Organização das Nações Unidas (ONU) e, com ela, as discussões sobre direitos humanos ganharam força no plano internacional. Em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), considerado o mais importante instrumento normativo desenvolvido até então sobre direitos humanos. Nas palavras de Buergenthal:

⁵ No plano das ideias, internacionalização dos direitos humanos foi antecipada pela reflexão de Kant na qual tinha como centro da doutrina moral o ser humano que não tem preço, mas dignidade e, por essa razão, é concebido como um fim em si não devendo ser tratado como meio. Nesse sentido, ver LAFER, Celso. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: MAGNOLI, Demétrio Org.). História da Paz, p. 299.

[...] a verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Thomas Buergenthal: o moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é o fenômeno do pós-guerra. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte destas violações poderiam ser prevenidas se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse. (BUERGENTHAL, 1988 apud PIOVESAN, 2018, p. 209).

Estabelecida a ONU, criaram-se órgãos estruturais da organização, a exemplo da Comissão de Direitos Humanos, substituída posteriormente pelo Conselho de Direitos Humanos. Da mesma forma, vários pactos e convenções tratando de direitos humanos foram elaborados através da ONU, a exemplo do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados em 1966.

Com a Resolução 32/130 da ONU (1977), estabeleceu-se o que se deve ter em conta ao se falar em direitos humanos:

- (...)
- os direitos humanos e as liberdades fundamentais constituem um todo único e indivisível;
 - é impossível a realização dos direitos civis, políticos, sem o usufruto dos direitos econômicos, sociais e culturais;
 - os direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana e dos povos são inalienáveis;
 - os problemas afetos aos Direitos Humanos devem ser tratados globalmente;
 - no marco da sociedade internacional, deve ser dada prioridade absoluta para a busca de soluções a violações massivas e flagrantes de direitos dos povos e pessoas, vítimas de situações que lesam sua dignidade;
 - é essencial, para a consolidação dos direitos e liberdades fundamentais, a ratificação, pelos Estados, dos instrumentos internacionais a respeito do tema. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1977).

Em síntese, fazem parte do chamado Sistema Geral de Proteção dos Direitos Humanos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a *Internacional Bill of Rights*⁷, o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional

⁶Ratificados pelo Brasil pelo Decreto Legislativo n. 226, de 12 de dezembro de 1991, e promulgados pelo Decreto n. 592, de 6 de dezembro de 1992.

⁷ Integrada pela de Declaração e pelos pactos internacionais.

dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Já o Sistema Especial de Proteção dos Direitos Humanos⁸ é composto por diversas Convenções, como por exemplo a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Convenção contra a Tortura, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, dentre outros importantes instrumentos internacionais.

Cumprido esclarecer, ainda, que os direitos humanos são classificáveis em três⁹ dimensões: a primeira dimensão trata-se dos direitos civis e políticos, como exemplos, podem ser citados o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à nacionalidade, dentre outros; a segunda dimensão envolve os direitos econômicos, sociais e culturais; a terceira dimensão, por sua vez, refere-se aos direitos de solidariedade e fraternidade, a exemplo do direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação. O presente estudo concentra-se na terceira dimensão de direitos humanos, mais especificamente no direito humano ao desenvolvimento, que será melhor analisado no próximo tópico.

⁸Adota como sujeito de direito o indivíduo historicamente situado, afirmando o reconhecimento de sua identidade; em outras palavras, visa estabelecer a proteção de grupos específicos que, por suas peculiaridades, se encontram em estado de vulnerabilidade provisória ou permanente.

⁹ Há autores que apontam a existência de quatro dimensões de Direitos Humanos, como o constitucionalista Paulo Bonavides. Para ele, a quarta dimensão é resultante da globalização dos direitos fundamentais. Seriam exemplos de direitos de quarta dimensão o direito à democracia, o direito à informação e o direito do pluralismo (BONAVIDES, 2000, p. 516).

2 O DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO

A década de 1960, ao longo da fase de descolonização, é considerada o marco histórico do direito ao desenvolvimento. De acordo com Celso Lafer (1999) citado por Flávia Piovesan (2018, p. 312), a consequência de um sistema internacional de polaridades definidas – leste/oeste, norte/sul – foi resultante da batalha ideológica entre os direitos civis e políticos (herança liberal patrocinada pelos EUA) e os direitos econômicos, sociais e culturais (herança social patrocinada pela URSS), sendo que neste cenário surgiu do empenho do Terceiro Mundo de elaborar uma identidade cultural própria, propondo direitos de identidade cultural coletiva, como por exemplo, o direito ao desenvolvimento.

Para Claudia Perrone-Moisés (1998, p. 50) o direito ao desenvolvimento¹⁰ prevê a cooperação dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento, fundada no conceito de justiça econômica distributiva, reafirmando, assim, o artigo 1º § 3º da Carta das Nações Unidas¹¹. Para a referida autora, a expressão “direito ao desenvolvimento” foi utilizada pela primeira vez por Keba M’ Baye, Chefe de Justiça do Senegal, em conferência inaugural do Instituto de Direitos Humanos de Estrasburgo, em 1971. A partir de então a Assembleia Geral, assim como a Comissão de Direitos Humanos, vêm enfatizando o direito ao desenvolvimento como um direito humano e, a igualdade de oportunidades visando o desenvolvimento, uma prerrogativa das nações e dos indivíduos.

No ano de 1967, foi publicada a Carta Encíclica do Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento e progresso dos povos. Referida Encíclica, em que pese não ser um documento jurídico-normativo, revelou-se de extrema importância tendo em vista o apelo pela busca do desenvolvimento solidário integral do homem e da humanidade. (PAPA PAULO VI, 1967).

Na seara das Nações Unidas, o primeiro documento a mencionar expressamente o direito ao desenvolvimento foi a Resolução n.º 4 de 21 de fevereiro de 1977 da Comissão de

¹⁰ Importante destacar a diferença conceitual entre direito ao desenvolvimento e direito do desenvolvimento, enquanto o primeiro trata-se de um dos direitos humanos na concepção das Nações Unidas, o segundo, refere-se a um conjunto de normas jurídicas, ora consideradas como um ramo do Direito Internacional, ora como um método de investigação, que tem como característica principal procurar eliminar as diferenças de desenvolvimento, no plano interno e internacional (MOISÉS, 1998, p. 49).

¹¹ Art. 1º Os propósitos das Nações Unidas são: § 3º Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Direitos Humanos, reconhecendo, pela primeira vez, de forma oficial, a relevância deste direito.

Em 18 de dezembro de 1982, por intermédio da Resolução 37/199, a Assembleia Geral da ONU reconheceu alguns paradigmas relevantes no que diz respeito ao direito ao desenvolvimento, como a inalienabilidade, dispendo a paz e a segurança internacional como elementos essenciais para a garantia de referido direito, reconhecendo como fim último do processo de desenvolvimento o aumento constante do bem-estar de toda a população.

Em 1986¹² é adotada pela ONU a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, sob três principais aspectos: o primeiro, endossa a importância da participação; o segundo, a Declaração deve ser concebida no contexto das necessidades de justiça social; o terceiro, a Declaração enfatiza a cooperação internacional e a necessidade de adoção de programas e políticas públicas nacionais.

No que toca à justiça social, esta pode ser considerada um componente da concepção do direito ao desenvolvimento. A realização do direito ao desenvolvimento, sob ideal de solidariedade, há de prover igual oportunidade a todos os indivíduos no acesso a recursos básicos, educação, saúde, alimentação, trabalho e distribuição de renda. Ou seja, para a Declaração, o desenvolvimento objetiva assegurar a constante melhoria do bem-estar da população, com base em sua ativa, livre e significativa participação nesse processo, orientada pela justa distribuição dos benefícios resultantes (PIOVESAN, 2018, p. 218). Nesse sentido, é a previsão do artigo 2º da Declaração: “A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deve ser ativa participante e beneficiária do direito ao desenvolvimento”. (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

Além da justiça social, o componente democrático – participação – é essencial ao direito ao desenvolvimento. Nesse sentido, os Estados têm o dever de promover e assegurar a livre e ativa participação de todos os indivíduos na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas de desenvolvimento (PIOVESAN, 2018, p. 219). Para Amartya Sen as liberdades políticas e os direitos democráticos estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. O poder protetor da liberdade política revela que nunca houve fome na história do mundo em uma democracia funcional (SEN, 2010, p. 54).

¹²Por 146 Estados, com um voto contrário (dos EUA) e 8 abstenções.

No que concerne ao terceiro aspecto da Declaração de 1986 (programas e políticas públicas nacionais e cooperação internacional), este enfatiza as medidas que os Estados devem adotar para eliminar obstáculos ao desenvolvimento, obstáculos estes que podem resultar da não observância dos direitos civis e políticos, assim como da afronta a direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração reconhece que os principais responsáveis pela realização do direito ao desenvolvimento são os Estados, mas reforça a importância da cooperação internacional para a efetivação do direito ao desenvolvimento. Sob esta perspectiva, os Estados devem tomar medidas para elaborar as políticas internacionais de desenvolvimento, com o intuito de facilitar a plena realização do direito ao desenvolvimento. (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

Por este ângulo, a Declaração de Viena de 1993 dispõe a respeito do direito ao desenvolvimento como um direito universal e inalienável, parte integral dos direitos humanos fundamentais, de modo a reconhecer a relação de interdependência entre a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos¹³. Referida Declaração foi pioneira em proclamar a integralidade dos direitos humanos, consignando, também, que a pessoa humana é o tema central do desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 1993).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 possui previsões de garantia do direito ao desenvolvimento. A título de exemplo, cita-se o preâmbulo da chamada Constituição Cidadã, no qual há a previsão de que o Estado Democrático é destinado a assegurar dentre outros direitos, o desenvolvimento. Da mesma forma, o artigo 3º, inciso II, estabelece o desenvolvimento como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. O artigo 21, IX, por sua vez, refere que é competência da União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. (BRASIL, 1988). No entanto, em que pese referidos dispositivos legais forneçam aportes teóricos no que diz respeito ao direito ao desenvolvimento, não determinam quais os

¹³ Art. 10 da Declaração e Programa de Ação de Viena, Nações Unidas, 1993: “[...] Conforme estabelecido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento. O desenvolvimento facilita o gozo de todos os Direitos Humanos, mas a falta de desenvolvimento não pode ser invocada para justificar a limitação de Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos. Os Estados devem cooperar entre si para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos que lhe sejam colocados. [...] O progresso duradouro no sentido da realização do direito ao desenvolvimento exige a adoção de políticas de desenvolvimento eficazes a nível nacional, bem como o estabelecimento de relações econômicas equitativas e a existência de um panorama econômico favorável a nível internacional.”

instrumentos para efetivá-lo, tampouco apresentam como os cidadãos podem exigir-lhe o cumprimento.

Apesar da previsão expressa do direito ao desenvolvimento (e dos direitos humanos em geral) nos mais diversos instrumentos normativos internacionais, os Estados enfrentam diversas limitações que impedem a efetiva implementação das normas protetivas no âmbito interno. Exemplo disso é a evolução sem precedentes da distância entre os chamados países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Para se ter uma ideia, nos dias hodiernos, cerca de 80% da população mundial vive em países desenvolvidos, sendo que dois deles – China e Índia – totalizam quase 1/3 da população mundial. No entanto, os 15% mais ricos concentram 85% da renda mundial, enquanto os 85% mais pobres concentram apenas 15%, sendo a pobreza a principal causa *mortis* do mundo (PIOVESAN, 2018, p. 229). Nessa esteira, segundo relatório anual das Nações Unidas, cerca de 820 milhões de pessoas (Ásia: 513,9 milhões; África: 256,1 milhões; América Latina e Caribe: 42,5 milhões) em todo o mundo não tiveram acesso suficiente a alimentos em 2018, frente a 811 milhões no ano anterior (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

O avanço tecnológico, a integração supranacional, o crescimento da produção de alimentos e de riquezas, a comunicação e a deslocamento facilitados pelo processo de globalização, pareciam produzir efeitos positivos para a sociedade, melhorando a condição de vida dos indivíduos. No entanto, o que presenciamos são os efeitos colaterais indesejáveis da dinâmica modernizante que caracteriza o que o sociólogo alemão Ulrich Beck (2018, p. 92) denomina como segunda modernidade, ou modernidade reflexiva, na medida em que relacionada à instabilidade e imprevisibilidade proporcionada pela evolução do conhecimento e do impulso moderno para controlar o mundo para os propósitos humanos. De acordo com o referido autor (2018, p. 69), questões como conflitos políticos, lutas de classes, movimentos de refugiados, guerras, extrema pobreza e desigualdade bem como a destruição do meio ambiente, são efeitos/danos colaterais da modernidade, que advém, principalmente, dos laboratórios de tecnologia, ciência e negócios e da obsessão generalizada por assegurar o crescimento econômico¹⁴.

¹⁴ Beck realiza um estudo em torno do que denomina sociedade de risco que, em termos simples, sinaliza uma fase de desenvolvimento específica da sociedade moderna, em que o que foi outrora perseguido e disputado como os “bens” das sociedades industriais modernas, tais como rendas, empregos e seguridade social, é, nos dias hodiernos, contrabalançado por conflitos sobre o que autor chama de “males”. Referidos conflitos envolvem os incalculáveis efeitos colaterais e as chamadas externalidades produzidas pelo poder nuclear e químico, pela

É neste contexto que emerge o debate sobre a necessidade de novas formas, novos estilos de desenvolvimento. Em razão da pertinência cumpre mencionar o que Enrique Leff (2009) propõe como modelo de desenvolvimento. O referido autor discorre acerca de um ecodesenvolvimento¹⁵, com base em uma produtividade ecotecnológica, com uma distribuição social mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento (princípios de equidade e sustentabilidade). O autor vê a natureza enquanto potencial de produtividade em face dos processos de empobrecimento, polarização e marginalização da sociedade ocasionados pelos processos de globalização econômica, no entanto, refere que deverá haver um aproveitamento ecológico e racional dos recursos naturais. Um ideal de relação simbiótica entre economia e natureza. Para ele, deve-se refuncionalizar a racionalidade econômica, incorporando uma dimensão ambiental às políticas de desenvolvimento (LEFF, 2009, p. 217).

Faz-se necessário um modelo de desenvolvimento que não aquele compreendido apenas como sinônimo de crescimento econômico, aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) avanço tecnológico ou modernização social. Nesse sentido, a visão de Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento, podendo trazer luminosidade a tempos obscuros, como o que estamos vivenciando.

3 O DESENVOLVIMENTO SEGUNDO AMARTYA SEN

Conforme propõe Sen (2010, p. 15) na sua célebre obra “Desenvolvimento como Liberdade”, o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas possuem, como por exemplo a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica. Dessa forma, a maneira mais correta de avaliação da vantagem social é por meio das liberdades substantivas concedidas à população, em outras palavras, a liberdade não é somente um fim do desenvolvimento, mas o seu principal meio, ou seja, é aquilo que o desenvolvimento promove. Com efeito, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhora das condições de vida que as pessoas

pesquisa genética, pela extração de combustíveis fósseis e a obsessão generalizada por assegurar o crescimento econômico sustentado (BECK, 2018, p. 92).

¹⁵ Em suas palavras: “Os objetivos do ecodesenvolvimento respondem à necessidade de reajustar a ordem internacional, para resolver os problemas da degradação socioambiental gerados pelo desenvolvimento capitalista: a marginalidade, a pobreza, o esgotamento dos recursos, a contaminação ambiental. Suas ações foram orientadas pelo princípio de “pensar globalmente e atuar localmente” [...]”. (LEFF, 2009, p. 214).

levam e das liberdades que elas desfrutam, envolvendo tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm (SEN, 2010, p. 30).

O autor refere que as tradições econômicas (como o PNB per capita) aferem o desenvolvimento social por intermédio de critérios de renda e prosperidade. No entanto, esta forma de avaliação não garante equidade distributiva. Um indivíduo que possua uma renda alta, por vezes é assolado por doenças, deficiências e outras dificuldades pessoais nas quais a renda é utilizada para que tenha a capacidade de, no mínimo, viver bem, razão pela qual a avaliação apenas econômica é falha. (SEN, 2010).

O aumento do PNB ou das rendas individuais pode ser um meio de expandir as liberdades desfrutadas pela sociedade. Porém, as liberdades dependem também de outros fatores, como as disposições sociais e econômicas, a exemplo da saúde e da educação; e os direitos civis, como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas¹⁶ (SEN, 2010, p. 17). Ao encontro do pensamento de Sen, está o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹⁷ (PNUD) que, no ano de 1990, introduziu o conceito universal de Desenvolvimento Humano, partindo do pressuposto de que para medir a qualidade de vida dos cidadãos é necessário ir além do aspecto unicamente econômico e considerar outras três dimensões básicas, a saber: renda, saúde e educação. Referido conceito representa a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado por Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) dos países, que são publicados de forma anual pelo programa das Nações Unidas (PNUD, 2020).

A falta de desenvolvimento, muito mais do que apenas por critérios econômicos, por vezes está relacionada à ausência de liberdades:

[...] Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência

16 Nesse sentido Sen (2010, p. 324) questiona: “[...] a democracia e os direitos políticos e civis básicos ajudam a promover o desenvolvimento? Na verdade, podemos ver a emergência e a consolidação desses direitos como constitutivas do processo de desenvolvimento.”

¹⁷ O PNUD “foi criado em 1965 por meio de resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo desenvolvimento humano.” (PNUD, 2020).

de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2010, p. 16).

Tendo em vista que a liberdade é a fonte propulsora do desenvolvimento, este requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados autoritários e repressivos (SEN, 2010, p.16). Nas palavras do economista: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2010, p. 10).

Em sua obra o autor traz alguns exemplos de privação de liberdades sendo que um dos mais impactantes ele extraiu de uma recordação de infância. Na ocasião, Sen, ainda menino, brincava no jardim de sua casa na cidade de Dhaka (hoje capital de Bangladesh), quando um homem esfaqueado e sangrando muito entrou desesperado pelo portão. Era a época em que hindus e muçulmanos matavam-se nos conflitos grupais que precederam a independência da Índia e Paquistão. O homem chamado Kader Mia era um trabalhador diarista muçulmano que viera realizar um serviço na localidade (em troca de um pagamento mínimo) e que fora esfaqueado na rua por membros da comunidade hindu. No caminho para o hospital, o homem contou que adentrou naquela região porque sua família não tinha o que comer. Neste ponto, Sen (2010, p. 23) refere que a privação de liberdade econômica na forma de pobreza extrema acabou acarretando na morte de Kader Mia pois se sua família tivesse as condições necessárias para sobreviver de outra forma, ele não precisava ter ingressado naquela área hostil à procura de míseras moedas.

A negação às garantias básicas e a todas as liberdades põe em risco o futuro das pessoas. Ao se obstaculizar o acesso à alfabetização de uma criança, não se está privando-a de uma oportunidade presente, mas desfavorecendo-a por toda a vida; o adulto que não recebe o devido tratamento médico para uma doença, não só é vítima de eventual morte, como também lhe é tirada a oportunidade de realizar outras coisas para si e para outrem. Da mesma maneira, a mulher tolhida por uma sociedade repressora e patriarcal, o trabalhador semiescravo, são exemplos de privação de bem-estar e do potencial para levar uma vida responsável, que

depende do aproveitamento de liberdades básicas (SEN, 2010, p. 361). O desenvolvimento como liberdade tem como intento melhorar as vidas das pessoas e isso está relacionado à expansão das capacidades de ser e de fazer. Visto sob esta perspectiva, o desenvolvimento diz respeito à remoção dos obstáculos para fazer aquilo que uma pessoa pode fazer ao longo da sua vida.

Na ótica de desenvolvimento como liberdade, as liberdades instrumentais, isto é, liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, ligam-se umas às outras, atuando mutuamente e contribuindo com o aumento da liberdade humana geral. Sen comenta brevemente supracitadas liberdades:

[...] As *liberdades políticas*, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. [...] As *facilidades econômicas* são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. [...] *Oportunidades sociais* são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. [...] As *garantias de transparência* referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. [...] A *segurança protetora* é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. (SEN, 2010, p. 57).

Cada uma destas liberdades instrumentais fortalece a outra, possibilitando um processo de desenvolvimento com base estruturada. Da mesma forma, dado ao caráter indissociável, a privação de liberdade econômica, por exemplo, pode gerar a privação de liberdade social, tal como a privação de liberdade social ou política pode acarretar na privação de liberdade econômica (SEN, 2010, p. 22-24). De modo similar, é o entendimento de Flávia Piovesan ao referir que a observância dos direitos civis e políticos é pressuposto para a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa, de modo que, quando um deles é violado, os outros também o são. Em suas palavras: “Não há mais como cogitar da liberdade divorciada da justiça social, como também infrutífero pensar na justiça social divorciada da liberdade.” (PIOVESAN, 2018, p. 236).

Amartya Sen ressalta a importância da liberdade substantiva no conceito de desenvolvimento da sociedade. Sob este aspecto, ter uma maior liberdade para fazer as coisas

que são valorizadas pelo indivíduo é importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e é importante, também, porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos. Estes fatores são cruciais para a avaliação do desenvolvimento social. A segunda razão pela qual o autor considera essencial a liberdade substantiva é que ela não é somente a base de avaliação de êxito e fracasso, mas um determinante na iniciativa individual e da eficácia social. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.” (SEN, 2010, p. 33).

Embora muitas pessoas acreditem ser tarefa de Deus muitos dos problemas mundiais que assolam a humanidade, como a fome, a miséria extrema, a morte de crianças; o autor acredita que são as próprias pessoas as responsáveis por desenvolver e mudar o mundo em que vivem, de modo que os acontecimentos atrozés que ocorrem ao redor são problemas das próprias pessoas; em outros termos, há desgraças que estão em volta dos indivíduos e que estes têm plenas condições de ajudar a remediar (SEN, 2010, p. 320-321). No entanto, o exercício desta responsabilidade é dependente de fatores pessoais, sociais e ambientais. Ou seja, as liberdades individuais precisam ser garantidas para que as pessoas possam vir a exercer a responsabilidade, é um caminho de mão dupla.

O entendimento de Amartya Sen é um convite a reinterpretar o conceito de direito ao desenvolvimento, sendo que este deve ser visto como um processo de ampliação das capacidades, da condição de agente dos indivíduos e do exercício das liberdades substantivas. Quando o eixo central do desenvolvimento não mais se deter apenas no viés de crescimento econômico, ou seja, quando o enfoque do desenvolvimento passar a ser a expansão das liberdades humanas para levar o tipo de vida que as pessoas valorizam, o crescimento econômico será uma consequência. Em outros termos, desenvolvimento econômico não como objetivo, mas como resultado do desenvolvimento das liberdades individuais.

Impende registrar, outrossim, que a perspectiva de desenvolvimento como liberdade proposta por Sen está em consonância com os principais documentos normativos referentes à temática, notadamente com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986 que, como visto alhures, é concebida no seio de três principais aspectos: participação democrática, justiça social (que pressupõe a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos no acesso a recursos básicos, como educação, saúde, alimentação, trabalho) e adoção de

programas e políticas nacionais visando a eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, decorrentes da não observância dos direitos civis e políticos, bem como dos direitos econômicos, sociais e culturais. O modelo de desenvolvimento elaborado por Sen alude a estes aspectos, sobretudo quando o autor aborda as liberdades instrumentais, como as liberdades políticas, as oportunidades sociais centrais para o desenvolvimento como serviços de saúde, facilidades educacionais, etc., e as políticas públicas¹⁸ para dinamizar o processo de desenvolvimento social, influenciando na liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor¹⁹. Tanto os documentos normativos sobre o Direito ao Desenvolvimento como o modelo de desenvolvimento proposto por Sen visam a constante melhoria do bem-estar da população, garantindo uma vida digna para todos os indivíduos, o que se harmoniza com a própria noção de Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de fechamento, e sem a pretensão de esgotar o enfrentamento do tema, é possível afirmar que muitos dos problemas sociais tidos como efeitos colaterais da modernização e que afetam a humanidade como um todo são decorrentes da violação de liberdades substantivas dos indivíduos e da busca desenfreada por crescimento econômico, muitas vezes associada à ideia de desenvolvimento. Nessa senda, diante do objetivo central da pesquisa que foi realizar um estudo acerca do direito ao desenvolvimento, especialmente a partir da perspectiva de Amartya Sen, entende-se que o pensamento do referido autor tem o propósito de lançar um novo olhar para o desenvolvimento social e buscar concretizar uma vida melhor para as pessoas. Uma visão integrada de desenvolvimento como a formulada pelo economista indiano, que respeite às liberdades e garantias básicas dos indivíduos, caminha de mãos dadas com o direito humano ao desenvolvimento e com os ideais de dignidade,

¹⁸ Os responsáveis pelas políticas têm razões distintas para se interessar pelos valores da justiça social. A primeira razão é que a justiça é um conceito fundamental na identificação dos objetivos e metas da política pública e também na decisão sobre os instrumentos apropriados para a busca dos fins escolhidos. Ideias de justiça podem ser cruciais para o poder de convicção e o alcance das políticas públicas (SEN, 2010, p. 311).

¹⁹ As políticas públicas devem ser planejadas e executadas aspirando à efetivação das condições de possibilidade para o indivíduo, de modo que este desenvolva capacidades e, alcançando o exercício de suas liberdades substantivas, intervenha na concretização do desenvolvimento. O exercício das liberdades individuais é essencial para a perspectiva de desenvolvimento do próprio Estado.

liberdade e igualdade de todos os povos e em todos os lugares, estando em sintonia com o núcleo do conceito universal de direitos humanos.

O mundo ainda está distante dos ideais propostos pelos instrumentos normativos de direitos humanos, sobretudo do direito humano ao desenvolvimento, mas os avanços são inegáveis e inspiram a acreditar que existe um caminho. Ainda que problemas sociais como fome, desigualdades, pobreza e demais crises humanitárias tenham causado grandes e reais inquietudes, sabe-se que a história não é linear mas feita de altos e baixos, de movimentos descontínuos, em que aqueles que creram e lutaram foram premiados com um amanhã melhor. Foi assim no processo de consolidação dos direitos humanos e poderá ser agora. Por esse ângulo, as ponderações de Amartya Sen a respeito do desenvolvimento, cuja totalidade este trabalho não pretendeu exaurir, podem ser uma luz no fim do túnel da busca por uma sociedade mais justa, igualitária, livre e desenvolvida.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10. ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.
- FLORES, Joaquín Herrera. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. In: WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- LAFER, Celso. **A Internacionalização dos Direitos Humanos: constituição, racismo e relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2005.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos(1948)**. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da Paz: os tratados que desenharam planeta*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 299.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução do texto da primeira edição: Jorge E. Silva; revisão técnica desta edição de Carlos Walter Porto Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. Prefácio de Henry Steiner. Apresentação de Antônio Augusto Cançado Trindade. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MOISÉS, Cláudia Perrone. **Direito ao desenvolvimento e investimentos estrangeiros**. Prefácio de Celso Lafer. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

NAÇÕES UNIDAS, Assembleia Geral das. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. 1986**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-deapoio/legislacao/direitos-humanos/decl_direito_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Declaração e Programa de Ação de Viena**. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-deProte%C3%A7%C3%A3o/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. (Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-CartadasNa%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>). Acesso em: 27 de jul. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **El Estado de La Seguridad Alimentaria y La Nutrición en el mundo – Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía**. Roma: 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

PAPA PAULO VI. **Encíclica Populorum Progressio**. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paulvi/pt/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Submetido em 20.08.2020

Aceito em 15.09.2020